



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO  
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

**RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS**

TIPO DE AUDITORIA : AUDITORIA DE GESTÃO  
EXERCÍCIO : 2008  
PROCESSO Nº : 35000.000382/2009-01  
UNIDADE AUDITADA : INSS/COGEFIN/DF  
CÓDIGO UG : 510001  
CIDADE : BRASÍLIA  
RELATÓRIO Nº : 224735  
UCI EXECUTORA : 170972

Senhor Coordenador-Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 224735, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, relativo ao exercício de 2008.

**I - INTRODUÇÃO**

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 02/04/2009 a 30/04/2009, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

**II - RESULTADO DOS TRABALHOS**

3. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-57/2008 e pelas DN-TCU-94/2008 e 97/2009.

4. Em acordo com o que estabelece o Anexo VI da DN-TCU-94/2008, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises:

**4.1 RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DA GESTÃO**

Com base nos registros contidos no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan e nas informações disponibilizadas pelos gestores do INSS, verificamos que, com relação aos resultados quantitativos da implementação dos Programas executados pelo INSS em

---

**NOSSA MISSÃO:** Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos

Endereço DSPAS/SFC/CGU/PR - SAS Qd. 01 Bl. A 6º Andar sala 604 Ed. Darcy Ribeiro - Brasília/DF - CEP:70.070-905  
- Cx. Postal: 3772

Telefone: (0\*\*61) 3412.7100 - 3412.7193 - FAX 3412.7386

D:\2009\Apoio\Relatórios\INSS\Prestação de Contas\RelatoriosCertificadoParecer\Relatório e anexo\Relatorio nr 224735 1a Parte  
INSS.doc

2008, de maneira geral, tomando por base as principais ações, as metas previstas foram atingidas, conforme apresentado nos quadros a seguir:

PROGRAMA: PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA 0083									
Ação Adm.	Descrição do Indicador ou medida	Exercício 2008				Realizado 2007		Realizado 2006	
		Planejado		Realizado					
		Física	Financeira* (R\$)	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
2635 - Capacitação de Servidores para Reconhec. de Direitos Previdenc	servidor capacitado - unidade	3.533	2.650.000	9.675	2.348.287	7.109	1.189.684	9.487	1.174.324
009W - Compens. Previdenc.	Compens. decidida - milhar	343.000	612.248.756	2.084,173	612.248.756				
2294 - Defesa Judicial da Previdência Social Básica	Peça Processual Produzida - unidade	59.602	27.259.902	68.304	27.216.183	68.531	22.258.354	207.873	16.251.443
2593 - Funcionam. das Unidades Descentr. da Previdência Social		1.336	465.883.156	1.336	443.206.120	35.484.583	447.790.741	43.454.740	325.292.248
2015 - Funcionam. do Conselho de Recursos da Previdência Social	Recurso Julgado - unidade	288.000	14.500.000	350.202	14.005.678	290.015	10.191.184	254.982	6.913.596
2564 - Gestão de Cadastros para a Previdência Social		3.228.482	95.126.017	2.575.271	72.611.114	2.442.108	108.767.902	199.276	199.276,395
2272 - Gestão e Adm. do Programa		0	1.102.890	0	520.020	0	2.664.904	0	1.728.805
2571 - Orientação Reconhec. do Direito aos Segurados Ref. aos Benefícios	Usuário atendido - unidade	400.000	1.322.112	475.378	590.451	473.721	152.826	494.428	98.520
0137 - Pagamento Abono de Perman. em Serviço	Pessoa beneficiada - unidade	12.336	5.404.061	11.935	5.009.312	1.171	6.672.780	1.748	8.741.240
0010 - Pagamento de Aposent. - Área Rural	Aposentado beneficiado - unidade	69.513.099	29.798.771.242	65.849.147	29.743.767.832	5.398.831	26.084.329.216	5.250.668	22.835.832.842
0132 - Pagamento de Aposent. - Área Urb.	Aposentado beneficiado - unidade	103.150.727	93.402.339.433	101.397.664	93.245.141.349	8.233.108	83.048.787.390	7.938.781	75.951.409.415

PROGRAMA: PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA 0083									
Ação Adm.	Descrição do Indicador ou medida	Exercício 2008				Realizado 2007		Realizado 2006	
		Planejado		Realizado					
		Física	Financeira* (R\$)	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
0133 Pagamento de Aposent. Especiais -	Aposentado beneficiado - unidade	4.724.796	6.410.066.366	4.688.104	6.387.579.063	395.649	6.146.425.402	404.317	5.983.694.168
0136 - Pagamento Aux. Doença Previdenc., Acidentário e Auxílio Reclusão - Área Urbana	Pessoa beneficiada - unidade	24.184.260	16.249.303.157	19.149.148	15.991.183.448	1.629.943	17.701.891.150	1.806.218	16.829.049.125
001P - Pagamento Aux. Doença Previdenc., Acidentário e Auxílio Reclusão - Área Rural	Pessoa beneficiada - unidade	2.238.195	856.631.478	1.711.116	840.876.771	143.575	793.958.752	151.965	764.196.491
001Q Pagamento de Pensões - Área Rural -	Pensionista beneficiado - unidade	25.121.630	10.709.219.161	23.624.098	10.683.768.730	1.941.242	9.454.685.762	1.887.807	8.292.383.162
0134 - Pagamento de Pensões - Área Urbana	Pensionista beneficiado - unidade	52.636.903	37.649.565.656	52.101.163	37.649.438.681	4.279.149	33.701.779.865	4.185.635	30.448.512.441
0117 - Pagamento Salário-Família	Pessoa beneficiada - unidade	1.469.930	39.813.437	1.075.821	39.800.962	70.453	40.588.792	80.078	34.859.664
001R - Pagamento Salário-Maternidade - Área Rural	Pessoa beneficiada - unidade	1.424.361	523.333.564	496.414	495.206.484	36.174	464.848.925	14.891	400.681.241
0141 - Pagamento Salário-Maternidade - Área Urbana	Pessoa beneficiada - unidade	457.104	369.783.689	608.554	364.166.973	41.474	256.247.836	26.610	200.502.842
8440 / 1F86 - Recadastr. Previdenc.	Benefício recadastrado - unidade	2.392.903	10.875.600	36.705	2.928.977	1.983.275,000	27.836.652	0	24.857.234
8426 - Regulariz. e Desimobil. de Imóveis do INSS	Imóvel regularizado - unidade	1.184	1.126.000	7	147.773				
2910 - Remuner. Agentes Pagadores de Benefícios Previdenc.		0	19.165.610	0	18.765.893	260.947.184	141.995.856	258.382.331	155.927.796
2A57 - Remuner. dos Serviços Postais		6.390.867	101.285.356	68.380.625	100.796.397	17.603.049	102.412.808	22.857.961	10.618.697

PROGRAMA: PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA 0083									
Ação Adm.	Descrição do Indicador ou medida	Exercício 2008				Realizado 2007		Realizado 2006	
		Planejado		Realizado					
		Física	Financeira* (R\$)	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
2578 - Serviço de Perícia Médica	Perícia médica realizada - unidade	7.984.334	5.251.206	9.217.069	4.825.639	9.015.771	6.408.522	6.791.039	11.176.872
2580 - Serviço Processam. Dados da GPS e da Guia de Recolhim. FGTS - GFIP		0	28.200.000	0	0				
2292 - Serviço de Processam. Dados de Benefícios Previdenc.		259.022	365.711.294	265.752	350.879.215	264.611	372.423.570	289.453	346.602.248
2583 - Serviço de Processam. Dados do Benefício de Prestação Continuada e da Renda Mensal Vitalícia		0	2.700.000	0	0				
2585 - Serviço de Reabilitação Profissional	Segurado atendido - unidade	25.272	9.342.040	19.994	9.300.786	60.389	7.944.683	66.925	6.367.498
2591 - Serviço de Reconhec. Dir. de Benef. Previdenc.	Processo concluído - unidade	5.539.965	15.000.002	10.558.334	14.626.878	9.590.954	17.055.178	9.124.721	11.888.069

Programa 085 - Qualidade dos Serviços Previdenciários									
Ação Admin.	Descrição do Indicador ou medida	Exercício 2008				Realizado 2007		Realizado 2006	
		Planejado		Realizado					
		Física	Financeira* (R\$)	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
2562 - Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos	Auditoria Realizada - Unidade	1.139	8.496.022	1.601	6.445.810	961	5.784.459	1.080	7.953.039
2563 - Gerenciamento da Qualidade dos Serviços Previdenciários	Unidade Avaliada - Unidade	1.312	3.041.121	1.345	2.563.678	1.103	1.702.823	1.520	7.454.922
2D15 - Gestão da Melhoria Contínua Organizacional - PGA	Unidade De Atendimento Implantada - Unidade	183	5.486.701	0	0	0	7.850.689	-	-
10FH - Gestão de Documentos Arquivísticos em Meios Analógico e Digital	Centro De Documentação Implantado - Unidade	138	1.846.500	6	293.494	-	-	-	-

Programa 085 - Qualidade dos Serviços Previdenciários									
Ação Admin.	Descrição do Indicador ou medida	Exercício 2008				Realizado 2007		Realizado 2006	
		Planejado		Realizado					
		Física	Financeira* (R\$)	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
11U5 - Instalação de Agência da Previdência Social - APS	Unidade Instalada - Unidade	1	2.300.000	0	850.351	-	-	-	-
3896 - Modernização e Expansão da Capacidade de Tecnologia e Informação da Previdência Social	Ambiente tecnológico reestruturado - % de execução física	19	63.195.379	10	40.577.052	8,5	28.913.797	26,507	74.669.946
4405 - Previdência Eletrônica	Serviço Previdenciário Eletrônico Provido - Unidade	85.928.516	75.013.070	184.538.130	75.008.622	144.300.447	4.055.067	43.140.285	5.492.787
114M - Recuperação, Reforma e Modernização do Edifício-Sede do INSS			35.000.000		35.000.000	-	-	-	-
8869 - Reformas e Adaptações das Unidades do INSS	Unidade De Atendimento Reformada - Unidade	70	51.840.001	74	39.735.354	-	-	-	-
5509 - Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social	Unidade De Atendimento Reformulada/ Unidade	110	70.316.634	24	41.132.184	61	41.316.710	37	59.649.895

Programa 088 - Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União									
Ação Administrativa	Descrição do Indicador ou medida	Exercício 2008				Realizado 2007		Realizado 2006	
		Planejado		Realizado					
		Física	Financeira* (R\$)	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
009K - Complementação de Aposentadorias e Pensões da RFFSA	-		659.990.251	-	592.390.251	-	-	-	
0536 - Pagamento de Benefícios de Legislação Especial	Pessoa Beneficiada - Unidade	10.502	347.208.513	9.831	336.453.303	79.309	898.409.180	84.357	722.603.676
009X - Pagamento de Pensão às Pessoas Atingidas pela Hanseníase	Pessoa Beneficiada - Unidade	2.500	7.500.000	621	7.500.000	-	-	-	-
2572 - Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios de Legislação Especial	Benefício Pago - Unidade	966.732	544.016	97.050	29.115	948.380	309.878	953.280	436.234
2582 - Serviço de Processamento de Dados de Benefícios de Legislação Especial	Benefício Processado - Unidade	973.140	654.317	900.190	630.316	-	-	969.036	-

Programa 1079 - Educação Previdenciária									
Ação Administrativa	Descrição do Indicador ou medida	Exercício 2008				Realizado 2007		Realizado 2006	
		Planejado		Realizado					
		Física	Financeira* (R\$)	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
2278 - Capacitação de Servidores para Disseminação do Conhecimento Previdenciário	Servidor Capacitado - Unidade	454	1.536.000	219	968.504	-	-	8	2.495
2282 - Formação de Disseminadores Externos das Informações Previdenciárias	Pessoa Treinada - Unidade	10.243	582.805	7.331	134.914	4.249	136.330	819	215.000
2284 - Promoção de Ações de Conscientização e Informação Previdenciária	Pessoa Atendida - Unidade	602.878	917.520	388.643	470.551	264.229	197.654	190.334	75.968

Com relação ao Programa 0083 constatamos que as principais Ações foram executadas a contento. Dessas merecem destaque:

Ação 0010 - Pagamento de Aposentadoria Área Rural - A Ação pagou durante o exercício de 2008 a média de 5.488.000 benefícios mês - um incremento de 1,6% em relação ao ano anterior. A execução financeira foi muito próxima à meta orçamentária, resultando num valor médio de pagamento do benefício rural na casa de R\$ 451,70 (quatrocentos e cinquenta e um reais e setenta centavos), próximo, portanto, ao salário-mínimo médio anotado em 2008 (o salário mínimo é o valor de benefício pago ao segurado especial - aquele isento de contribuir - e que representa quase a totalidade do universo de trabalhadores rurais).

Ação 0132 - Pagamento de Aposentadoria Área Urbana - A Ação pagou durante o exercício de 2008 a média de 8.450.000 benefícios mês - um incremento de 2,6% em relação ao ano anterior. A execução financeira foi muito próxima à meta orçamentária, resultando num pagamento médio do benefício de aposentadoria urbana na casa de R\$ 920,00 (novecentos reais).

Ação 0136 - Alcança o pagamento dos benefícios de auxílio-doença previdenciário, auxílio-doença acidentário e auxílio reclusão, urbanos. Realizou durante o exercício de 2008 cerca de 19.150.000 pagamentos mês. A execução financeira de R\$ 15.991.000,00 representou uma retração de 10% em relação ao observado no ano anterior.

Ação 001Q - Pagamento de Pensões Área Rural - A Ação pagou durante o exercício de 2008 a média de 1.969.000 benefícios mês - um incremento de 1,5% em relação ao ano anterior. A execução financeira foi muito próxima à meta orçamentária, resultando num valor médio de pagamento do benefício rural na casa de R\$ 452,00 (quatrocentos e cinquenta e dois reais) próximo, portanto, ao salário-mínimo médio anotado em 2008.

Ação 0134 - Pagamento de Pensões Área Urbana - A Ação pagou durante o exercício de 2008 cerca de 4.343.000 benefícios mês - um incremento de 1,5% em relação ao observado no ano anterior. A execução financeira alcançou proximidade com a meta orçamentária, resultando num valor médio de pagamento do benefício de pensão urbana na casa de R\$ 722,00 (setecentos e vinte e dois reais).

Essas Ações orçamentárias são as mais representativas em relevância e materialidade dentro do Programa "Previdência Social Básica". Primeiro porque são as prestações pecuniárias pagas diretamente, pela Previdência Social, aos trabalhadores (aposentados ou acidentados) ou aos dependentes destes; segundo, porque consumiram mais de 95% do total dos recursos financeiros do mencionado Programa de Governo. De modo geral, as metas físicas e financeiras previstas se apresentaram bastante próximas do realizado. Observa-se, no entanto, que para o exercício de 2008 os totais de metas e execução física foram lançados pelo seu quantitativo de "acumulado", merecendo, pois, um ajuste para comparação com os mesmos dados registrados em anos anteriores.

Merece comentário a execução da Ação orçamentária 2585 - Serviço de Reabilitação Profissional. A Coordenadora da Ação aponta, no SIGPLAN, a nomeação de 97 novos servidores analistas previdenciários com especialização em Psicologia e Terapia Ocupacional que não foram capacitados pela Autarquia, ao contrário do que havia sugerido, para atuarem na reabilitação. Comenta, ainda, a dificuldade de algumas gerências executivas em licitar produtos ortopédicos e cursos profissionalizantes para serem ofertados aos segurados elegíveis ao benefício prestacional. Conclui que a realização de 79% da meta física (19.994 beneficiários) se deu devido à dificuldade na contratação desses cursos e que, juntamente com a Coordenação de Recursos Logísticos, estará buscando a celebração de convênios com entidades do Sistema "S" com vistas a reverter esta situação.

Ainda, no que se refere ao Programa 0083, a despeito do atingimento das metas estabelecidas, foi verificada a existência de fragilidades no processo gerencial do referido programa. Dentre os problemas identificados, destacam-se as irregularidades ocorridas no pagamento e na concessão de benefícios. Como resultado dos trabalhos de auditoria realizados, foi constatado por esta Controladoria que o INSS efetuou pagamentos indevidos a beneficiários falecidos, a benefícios pertencentes a espécies incompatíveis e a benefícios previdenciários a pessoas que exerceram atividades remuneradas.

Foram identificados como fatores determinantes para a ocorrência dos impactos negativos citados a ausência de um processo consistente de gerenciamento da atualização e manutenção dos benefícios da Previdência Social, falhas nos procedimentos de cadastro e manutenção dos registros de óbitos no sistema SISOB, bem como ausência de integração ou subutilização dos diversos recursos informatizados disponíveis ao INSS para batimentos e checagens da regularidade dos pagamentos de benefícios.

Dessa forma, com o propósito de reduzir ou eliminar as fragilidades identificadas, foi recomendado aos gestores do INSS, em especial aos da Diretoria de Benefício, a reavaliação dos procedimentos de obtenção de dados pelo SISOB, principalmente os enviados por formulários e mídia removível (disquetes e CD-ROM), a adoção de medidas para o aperfeiçoamento das rotinas de concessão e manutenção de benefícios, introduzindo críticas necessárias nos sistemas informatizados com o objetivo de minimizar as possibilidades de erros na concessão/manutenção de benefícios com infração à legislação vigente. Outra recomendação foi a adoção de medidas, em conjunto com a Dataprev, para a integração dos sistemas do INSS com outras bases governamentais que contêm informações de segurados.

Vale registrar, também, a atuação desta CGU na Ação 009W - Compensação Previdenciária. Com base nas análises realizadas, verificou-se a existência de fragilidades no processo de compensação previdenciária entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Constatou-se que os mecanismos e instrumentos de controles internos associados ao referido processo apresentaram-se extremamente frágeis e que as falhas existentes causam prejuízo à Administração Pública, em especial ao Instituto Nacional do Seguro Social.

Dessa forma, considerando as fragilidades dos mecanismos, agentes e instrumentos de controle interno e tendo em vista que a Compensação Previdenciária já surge como "oportunidade" de negócios para empresas de consultoria, é de fundamental importância que os agentes gestores do INSS adotem as medidas saneadoras recomendadas, no sentido de corrigir os desvios identificados, sob pena de tornar os efeitos potenciais identificados, em particular os relacionados à manipulação e ao direcionamento das atividades relacionadas à Compensação Previdenciária, em efeitos reais.

Com relação ao Programa 0085 - Qualidade dos Serviços Previdenciários, foi constatado que as principais ações não foram executadas satisfatoriamente. Ressalte-se o fato de que em 60% das ações previstas no Programa 0085 não houve eficácia da atuação da Entidade. Contudo, registramos os seguintes esclarecimentos prestados pelos gestores do INSS acerca das ações com percentual de execução abaixo do previsto:

2D15 - Gestão da Melhoria Contínua Organizacional - PGA - tendo em vista que as atividades inicialmente previstas para serem executadas na ação referem-se a ações de capacitação e não se enquadram com o objetivo e a unidade de medida da ação, a Diretoria do INSS deliberou pela suspensão da ação.

10FH - Gestão de Documentos Arquivísticos em Meios Analógico e Digital - a meta física aprovada para o PPA 2008-11 prevê a implantação de 92 Centros de Documentação, perfazendo 23 Centros de Documentação - CEDOCPREV a cada exercício e não os 138 como consta na previsão para 2008. Dessa forma a previsão para 2008 foi a implantação de 23 centros, porém, os servidores arquivistas só tomaram posse no segundo semestre, dificultando a execução da Ação.

3896 - Modernização e Expansão da Capacidade de Tecnologia e Informação da Previdência Social - os fatores que determinaram o não atingimento da meta foi a impossibilidade da área de licitação viabilizar todas as demandas de contratação e aquisição no período.

5509 - Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social - os resultados ficaram aquém do esperado devido ao atraso na entrega dos projetos executivos, tendo em vista a falta de servidores e a concentração excessiva de atividades sobre o coordenador da ação e a ausência de capacitação específica para a área de engenharia.

No que se refere ao Programa 1079 - Educação Previdenciária, verificou-se a ausência de eficácia do INSS na totalidade das ações previstas para o programa. No que se refere ao baixo percentual de execução das ações previstas no Programa 1079, o gestor informa como



principais elementos que determinaram a ocorrência do fato a não efetivação da contratação de consultoria em planejamento didático-pedagógico, a ausência de seleção e formação de educadores e o contingenciamento orçamentário de 20% dos recursos aprovados na LOA.

#### 4.2 QUALIDADE E CONFIABILIDADE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO UTILIZADOS E CONTROLES INTERNOS IMPLEMENTADOS PELA GESTÃO

Os indicadores de desempenho adotados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, na gestão de 2008, estão vinculados essencialmente a dois programas finalísticos executados pela Autarquia Previdenciária.

O Programa 0083 - Previdência Social Básica, que objetiva garantir o reconhecimento dos direitos previdenciários e a regularidade do pagamento dos benefícios, possui indicadores de desempenho referentes às atividades da Diretoria de Benefícios e da Procuradoria Federal Especializada.

Já o Programa 0085 - Qualidade dos Serviços Previdenciários, que tem por finalidade a melhoria da qualidade do atendimento, conta com indicadores de desempenho relacionados às atividades da Diretoria de Atendimento.

Os demais indicadores utilizados pela Unidade no exercício estão ligados ao desempenho da Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística, da Diretoria de Recursos Humanos, da Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica, da Auditoria-Geral e da Corregedoria-Geral e não estão associados a um Programa de Governo específico, abrangendo, em alguns casos, mais de um Programa.

Demonstramos a seguir os indicadores apresentados pelo INSS no Relatório de Gestão 2008, e os respectivos resultados alcançados nas diversas áreas:

#### PROGRAMA 0083 - PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA UNIDADE EXECUTORA: DIRETORIA DE BENEFÍCIOS - INSS RELAÇÃO DE INDICADORES DE GESTÃO RELACIONADOS AO PROGRAMA

Tabela A

DENOMINAÇÃO DO INDICADOR	TIPO	DESCRIÇÃO	QUANTIFICADOR	RESULT. 2007	RESULT. 2008	AValiação CGU
Tempo Médio de Concessão - TMC	Eficiência	Medir o tempo de espera para processos com despacho favorável	Soma dos tempos de processamento dos benefícios/quantidade de benefícios concedidos	Entre 31 e 34 dias	Entre 21 e 32 dias	O Tempo Médio de Concessão ficou abaixo dos 45 dias previstos legalmente, portanto consideramos o resultado eficaz.
Tempo Médio de Concessão - TMC (Aposentador ia)	Eficiência	Medir o tempo de espera para processos com despacho favorável, no serviço Aposentadoria	Soma dos tempos de processamento dos benefícios (Aposent.) / quantidade de benefícios concedidos	-	Entre 38 e 59 dias	O Tempo Médio de Concessão de Aposentadoria ficou acima dos 45 dias previstos legalmente, embora tenha apresentado redução no segundo semestre. portanto consideramos o resultado não eficaz.
Tempo Médio de Concessão - TMC (Pensão)	Eficiência	Medir o tempo de espera para processos com despacho favorável, no serviço Pensão	Soma dos tempos de processamento dos benefícios (Pensões) / quantidade de benefícios concedidos	-	Entre 17 e 25 dias	O Tempo Médio de Concessão de Pensões ficou abaixo dos 45 dias previstos legalmente, portanto consideramos o resultado eficaz.
Tempo Médio de Concessão - TMC (Loas)	Eficiência	Medir o tempo de espera para processos com despacho favorável, no serviço Loas	Soma dos tempos de processamento dos benefícios (Loas) / quantidade de benefícios concedidos	-	Entre 19 e 31 dias	O Tempo Médio de Concessão Loas ficou abaixo dos 45 dias previstos legalmente, portanto consideramos o resultado eficaz.
Tempo Médio de Concessão - TMC (Salário Maternidade)	Eficiência	Medir o tempo de espera para processos com despacho favorável, no serviço Salário Maternidade	Soma dos tempos de processamento dos benefícios (Salário Maternidade) / quantidade de benefícios concedidos	-	Entre 20 e 30 dias	O Tempo Médio de Concessão Salário Maternidade ficou abaixo dos 45 dias previstos legalmente, portanto consideramos o resultado eficaz.

DENOMINAÇÃO DO INDICADOR	TIPO	DESCRIÇÃO	QUANTIFICADOR	RESULT. 2007	RESULT. 2008	AValiação CGU
Tempo Médio de Concessão TMC (Perícia Médica)	Eficiência	Medir o tempo de espera para processos com despacho favorável, no serviço Perícia Médica	Razão entre o tempo total de espera para a realização da perícia inicial e o total de perícias em AXI.	Entre 13 e 21 dias	Entre 8 e 22 dias	O resultado considerado "bom" (tempo de espera <6 dias) não foi atingido em nenhum mês de 2008. A carência de médicos peritos é apontado como um dos fatores responsáveis pelos resultados obtidos. Destaca-se a necessidade de cumprimento da jornada de trabalho integral pelos Médicos Peritos.
Índice de segurados reabilitados - ISR	Eficiência	Medir a eficácia da realização dos programas de reabilitação profissional	nº de segurados eabilitados / nº de segurados elegíveis para o programa)	Entre 65% e 103%	Entre 42,22% e 91,61%	Esse indicador apresentou oscilações ficando em média dentro da faixa de resultados considerados "Bons" no exercício de 2008.
Idade Média do Acervo - IMA	Eficiência	Medir o número de dias entre a data da entrada do requerimento e a data do despacho favorável ou não	Soma dos tempos de represamento de benefícios / total de benefícios represados	Entre 91 e 190 dias	Entre 61 e 99 dias	Embora tenha havido uma melhora nesse índice em 2008, ainda não foram efetivamente regularizadas as pendências referentes aos estoques de processos de benefícios, mantendo-se a situação no estado considerado "crítico", ou seja, acima de 46 dias.
Índice da Demanda Atendida - IDT	Eficiência	Aferir a capacidade da APS em atender a demanda total de benefícios represados + requeridos no mês	Quantidades de benefícios despachados no mês / Total de benefícios represados no mês anterior + pré-habilitados no mês	Entre 50,15% e 81,45%	Entre 56,08% e 92,19%	De acordo com o gestor, insuficiência de servidores, instabilidade dos sistemas corporativos e aumento da demanda influenciam os resultados. Entretanto, não foi observada uma regularidade entre os resultados obtidos mensalmente durante o exercício de 2008.
Índice de Indeferimento de Benefícios - IIB	Eficiência	Medir a quantidade de benefícios indeferidos em relação aos despachados	(quantidade de benefícios indeferidos / quantidade total de benefícios despachados)	Entre 41,47% e 48,66%	Entre 41,36% e 61,39%*  * valor atípico em nov/08	Esse indicador aponta que em média 45% dos benefícios despachados foram indeferidos. Entre as medidas adotadas para melhorar os resultados desse índice estão o Treinamentos dos Servidores e melhorias no Cadastro e Informações Sociais - CNIS e concessão dos benefícios.

Fonte: Relatórios de Gestão INSS 2007 e 2008.

UNIDADE EXECUTORA: PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA - INSS  
 RELAÇÃO DE INDICADORES DE GESTÃO RELACIONADOS AO PROGRAMA

Tabela B

DENOMINAÇÃO DO INDICADOR	TIPO	DESCRIÇÃO	QUANTIFICADOR	RESULT. 2007	RESULT. 2008	AValiação CGU
Índice de Julgamentos Favoráveis - IJF	Eficiência	Indica efetividade da atividade da PFE-INSS, possibilitando decisões e ações para orientação da administração para prevenção de demandas.	nº total de acórdãos e decisões favoráveis e parcialmente favoráveis - TADF / nº total de acórdãos e decisões proferidas nas cortes superiores - TAD	Entre 44,27% e 93,72%	Entre 21,15% e 63,23%	A média anual de ações favoráveis foi de 42,06%. Os resultados desse índice podem ser aperfeiçoados com o aumento do efetivo de Procuradores, bem como com estudos que apontem fatores recorrentes nas decisões desfavoráveis ao INSS.

Fonte: Relatórios de Gestão INSS 2007 e 2008.

PROGRAMA 0085 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS  
 UNIDADE EXECUTORA: DIRETORIA DE ATENDIMENTO - INSS  
 RELAÇÃO DE INDICADORES DE GESTÃO RELACIONADOS AO PROGRAMA

Tabela C

DENOMINAÇÃO DO INDICADOR	TIPO	DESCRIÇÃO	QUANTIFICADOR	RESULT. 2007	RESULT. 2008	AValiação CGU
Tempo Médio de Espera - TME	Eficiência	Aferir o tempo médio de espera dos clientes para iniciar o atendimento	Soma dos tempos compreendidos entre a chamada da senha no painel - a entrega da senha ao cliente / quantidade de atendimentos	Entre 0:42:12 e 0:54:10	Entre 0:32:23 e 0:39:51	Instabilidade e lentidão de alguns sistemas de grande porte dificultam o atendimento célere nas agências. Os resultados desse indicador em 2008 foram melhores em relação ao exercício anterior, porém ainda se encontram em uma faixa de "Atenção", o que demonstra a necessidade de ações gerenciais por parte do

DENOMINAÇÃO DO INDICADOR	TIPO	DESCRIÇÃO	QUANTIFICADOR	RESULT. 2007	RESULT. 2008	AValiação CGU
						INSS relacionadas à qualidade do atendimento prestado nas Agências.
Índice de Requerimentos de Benefícios pelos Canais Remotos - IRCR	Eficiência	Medir a incidência de pessoas que faz sua solicitação de benefícios por meio dos canais remotos	(quantidade de requerimentos de benefícios efetuados pelos canais remotos / quantidade total de requerimentos de benefícios)	Entre 48% e 58%	Entre 52,7% e 58,8%	Os resultados obtidos por esse indicador demonstram as dificuldades de uma parcela significativa dos usuários da Previdência Social na utilização dos canais remotos, situação essa que deve ser amenizada por meio de campanhas educativas junto à população.
Tempo Médio de Espera para Atendimento Agendado - TMEA	Eficiência	Aferir o tempo em que o cliente aguarda para ser atendido, bem como a capacidade da APS em recepcionar toda sua demanda dentro de um limite de tempo aceitável.	Soma dos tempos compreendidos entre a data da solicitação do agendamento até a data do atendimento / quantidade de agendamentos marcados.	Entre 49 e 59 dias	Entre 23 e 55 dias	Esse indicador apresentou melhores resultados em 2008. De acordo com o gestor, o bom resultado neste indicador deve-se a ações tais como o aperfeiçoamento do Sistema de Agendamento Eletrônico.
Tempo Médio de Espera para Atendimento Agendado - TMEA (Aposentadoria)	Eficiência	Aferir o tempo em que o cliente aguarda para ser atendido, bem como a capacidade da APS em recepcionar toda sua demanda dentro de um limite de tempo aceitável, no serviço Aposentadoria.	soma dos tempos compreendidos entre a data da solicitação do agendamento (Aposentadoria) até a data do atendimento / quantidade de agendamentos marcados.	-	Entre 20 e 66 dias	Esse indicador apresentou melhores resultados no último trimestre do ano. De acordo com o gestor, o bom resultado neste indicador deve-se a ações tais como o aperfeiçoamento do Sistema de Agendamento Eletrônico.
Tempo Médio de Espera para Atendimento Agendado - TMEA (Pensões)	Eficiência	Aferir o tempo em que o cliente aguarda para ser atendido, bem como a capacidade da APS em recepcionar toda sua demanda dentro de um limite de tempo aceitável, no serviço Pensões.	soma dos tempos compreendidos entre a data da solicitação do agendamento (Pensões) até a data do atendimento / quantidade de agendamentos marcados.	-	Entre 11 e 21 dias.	Esse indicador apresentou melhores resultados no último trimestre do ano. De acordo com o gestor, o bom resultado neste indicador deve-se a ações tais como o aperfeiçoamento do Sistema de Agendamento Eletrônico.
Tempo Médio de Espera para Atendimento Agendado - TMEA (Loas)	Eficiência	Aferir o tempo em que o cliente aguarda para ser atendido, bem como a capacidade da APS em recepcionar toda sua demanda dentro de um limite de tempo aceitável, no serviço Loas.	soma dos tempos compreendidos entre a data da solicitação do agendamento (Loas) até a data do atendimento / quantidade de agendamentos marcados.	-	Entre 17 e 54 dias.	Esse indicador apresentou melhores resultados no último trimestre do ano. De acordo com o gestor, o bom resultado neste indicador deve-se a ações tais como o aperfeiçoamento do Sistema de Agendamento Eletrônico.
Tempo Médio de Espera para Atendimento Agendado - TMEA (Salário Maternidade)	Eficiência	Aferir o tempo em que o cliente aguarda para ser atendido, bem como a capacidade da APS em recepcionar toda sua demanda dentro de um limite de tempo aceitável, no serviço Salário Maternidade	soma dos tempos compreendidos entre a data da solicitação do agendamento (Smat) até a data do atendimento / quantidade de agendamentos marcados.	-	Entre 34 e 66 dias.	Esse indicador apresentou melhores resultados no último trimestre do ano. De acordo com o gestor, o bom resultado neste indicador deve-se a ações tais como o aperfeiçoamento do Sistema de Agendamento Eletrônico.
Tempo Médio de Espera para Atendimento Agendado - TMEA (CTC)	Eficiência	Aferir o tempo em que o cliente aguarda para ser atendido, bem como a capacidade da APS em recepcionar toda sua demanda dentro de um limite de tempo aceitável, no serviço Certidão de tempo de contribuição.	soma dos tempos compreendidos entre a data da solicitação do agendamento (CTC) até a data do atendimento / quantidade de agendamentos marcados.	-	Entre 14 e 51 dias.	Esse indicador apresentou melhores resultados no último trimestre do ano. De acordo com o gestor, o bom resultado neste indicador deve-se a ações tais como o aperfeiçoamento do Sistema de Agendamento Eletrônico.

Fonte: Relatórios de Gestão INSS 2007 e 2008.

UNIDADES E RESPECTIVOS INDICADORES DE DESEMPENHO EM QUE NÃO FOI POSSÍVEL ASSOCIAR UM PROGRAMA DE GOVERNO.

UNIDADE EXECUTORA: DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA - INSS

Tabela D

DENOMINAÇÃO DO INDICADOR	TIPO	DESCRIÇÃO	QUANTIFICADOR	RESULT. 2007	RESULT. 2008	AValiação CGU
Índice de Liquidação Orçamentária Nacional - ILON	Eficiência	Acompanhar mensalmente o percentual de liquidação x valores empenhados	(empenhos liquidados / empenhos emitidos) x 100	Atingiu 100%	Atingiu 83,48%	Esse indicador, por si só, não afere o desempenho operacional da Unidade. Sugerimos que a Diretoria desenvolva indicadores que expressem os produtos essenciais das atividades desenvolvidas no desempenho de suas atribuições.

Fonte: Relatórios de Gestão INSS 2007 e 2008.

## UNIDADE EXECUTORA: DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS - INSS

Tabela E

DENOMINAÇÃO DO INDICADOR	TIPO	DESCRIÇÃO	QUANTIFICADOR	RESULT. 2007	RESULT. 2008	AValiação CGU
Lotação de Servidores nas Áreas Meio do INSS - LSAM	Eficiência	Medir o equilíbrio da distribuição de servidores entre as áreas meio e finalística.	(quantidade de servidores alocados na área meio / total de servidores ativos) x 100	Entre 26,66% e 33,85%	Entre 32,52% e 33,46%	O quantitativo de servidores lotados em áreas meio foi em média de 33% da força de trabalho, o que indica a predominância de servidores na Área fim do INSS.

Fonte: Relatórios de Gestão INSS 2007 e 2008.

## UNIDADE EXECUTORA: COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA - INSS

Tabela F

DENOMINAÇÃO DO INDICADOR	TIPO	DESCRIÇÃO	QUANTIFICADOR	RESULT. 2007	RESULT. 2008	AValiação CGU
Índice de Acompanhamento do PPA - IAPPA (meta física)	Eficiência	Acompanhar o preenchimento das execuções físicas das ações constantes dos Programas do PPA afetos ao INSS.	(ações com preenchimento de execução física mensal atualizado conforme os procedimentos legais em vigor / total de ações)	Entre 64% e 96%	-	De acordo com o gestor, o acompanhamento deste indicador no exercício de 2008 ficou prejudicado, uma vez que o SIGPLAN só foi disponibilizado aos usuários em setembro, tendo em vista a ocorrência de problemas técnicos.

Fonte: Relatórios de Gestão INSS 2007 e 2008.

## UNIDADE EXECUTORA: AUDITORIA-GERAL - INSS

Tabela G

DENOMINAÇÃO DO INDICADOR	TIPO	DESCRIÇÃO	QUANTIFICADOR	RESULT. 2007	RESULT. 2008	AValiação CGU
Ações de Auditoria Planejadas e Executadas - AAPE	Eficiência	Medir a efetividade da ação da auditoria.	(nº de ações executadas / nº de ações planejadas)	132,52%	155,10%	Os resultados alcançados pelo indicador demonstram eficiência nas ações da Unidade. Segundo informações que se encontram na Prestação de Contas do INSS, o resultado obtido, em índice expressivo, deve-se ao número significativo de ações iniciadas em anos anteriores e concluídas em 2008 e às ações extraordinárias.
Ações Corretivas Negociadas e Implementadas - ACNI	Eficiência	Medir a eficácia da atuação da auditoria.	(nº de ações corretivas implementadas / nº de ações corretivas negociadas)	Entre 46% e 61%	69,17%	De acordo com o gestor, o resultado pouco expressivo atingido pelo índice de Ações corretivas negociadas e implementadas deve-se à conclusão de ações ao final do exercício, cujas recomendações têm prazo para implementação no exercício seguinte, assim como pelos prazos renegociados em razão de justificativas dos gestores quanto às dificuldades operacionais para atendimento nos prazos estabelecidos.

Fonte: Relatórios de Gestão INSS 2007 e 2008.

## UNIDADE EXECUTORA: CORREGEDORIA-GERAL - INSS

Tabela H

DENOMINAÇÃO DO INDICADOR	TIPO	DESCRIÇÃO	QUANTIFICADOR	RESULT. 2007	RESULT. 2008	AValiação CGU
Índice de Desempenho de Celeridade Processual - IDCP	Eficiência	Redução de Custo Processual	Prazo Médio para conclusão de processos administrativos disciplinares	-	72,04%	Os processos de sindicância e PAD têm ponderações diferentes nos resultados desse índice. O gestor não especificou separadamente os tipos de processos. Sendo assim, o resultado pode estar em faixa de "Crítica" ou de "Atenção".

DENOMINAÇÃO DO INDICADOR	TIPO	DESCRIÇÃO	QUANTIFICADOR	RESULT. 2007	RESULT. 2008	AValiação CGU
Índice de Desempenho de Instauração de Procedimentos Administrativos Disciplinares - IPAD	Eficiência	Resguardar o instituto da prescrição	Processos instaurados tempestivamente / Número de processos instaurados.	-	64,06%	O resultado alcançado por esse índice está situado na faixa de "Atenção". De acordo com o gestor, a Unidade tem carência de recursos humanos.

Fonte: Relatórios de Gestão INSS 2007 e 2008.

Os indicadores de gestão utilizados pelo INSS em 2008 representam as relevantes atividades desempenhadas pelas Unidades que o compõem. A avaliação realizada por esta SFC/CGU-PR levou em consideração as definições constantes do Anexo VI da DN TCU 094, de 3.12.2008, sobre qualidade e confiabilidade dos indicadores utilizados. A qualidade de um indicador foi mensurada por sua representatividade, homogeneidade, praticidade, validade, independência, simplicidade, cobertura, economicidade, acessibilidade e estabilidade. A confiabilidade, por sua vez, está relacionada à necessidade da origem dos dados utilizada para o cálculo do indicador ser confiável, de modo que possibilite que diferentes avaliadores possam chegar aos mesmos resultados.

Constatamos que, de maneira geral, os indicadores apresentados atendem aos critérios de qualidade e confiabilidade, no entanto, cabe destacar a pouca representatividade do indicador utilizado pela Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística. Sendo assim, recomendamos que a Diretoria desenvolva indicadores que expressem os produtos essenciais das atividades desenvolvidas no desempenho de suas atribuições.

Em conclusão, verifica-se que os indicadores utilizados pelo INSS na gestão de 2008 apresentam características de consistência e confiabilidade e guardam pertinência com as atividades desenvolvidas pela Autarquia Previdenciária. Concluimos também, que os indicadores existentes são suficientes para a tomada de decisões gerenciais, ressalva feita à necessidade de criação de indicadores mais representativos pela Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística.

#### 4.3 TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Não se verificou a ocorrência de transferências voluntárias pela Unidade no exercício de 2008.

#### 4.4 REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

Conforme informações prestadas pelo gestor, por meio do Ofício nº 3609/2008/CGLCO/DIROFL/INSS, de 07.11.2008, até 06.11.2008 foram firmados os seguintes contratos:

Fornecedor	Modalidade	Valor (R\$)
FABRIKON	CONVITE	94.581,82
NEW STAR PLACAS	PREGÃO	5.022,85
POSTO BRASAL	PREGÃO	-
ZP CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	PREGÃO	1.111.654,68
TECNOSOLO	CONCORRÊNCIA	493.535,91
SYSTEM	PREGÃO	383.998,92
POLYTEC INSTALAÇÕES	PREGÃO	121.992,00
POSITIVO	PREGÃO	126.868,50
STAR BKS	PREGÃO	52.635,00
DIVIFORMA	PREGÃO	15.782,00
METAIS IND. DE FITAS	PREGÃO	2.541,10
ALM - AUDIO, VÍDEO E SUP.	PREGÃO	1.147,70
SANTA RITA COMERCIAL	PREGÃO	81,00

Fornecedor	Modalidade	Valor (R\$)
DF DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS	PREGÃO	22.000,00
FF INFORMÁTICA, PAP.E GRÁFICA	PREGÃO	5.293,00
IND.COM.MAT.PARA ESCRITÓRIO	PREGÃO	891,00
MODELO COM. DE PNEUS E RODOS	PREGÃO	1.280,00
PEJOMA TEC.E COMERCIO	PREGÃO	7.585,50
ALCIR SILVA NASCIMENTO	PREGÃO	495,00
REBER COM. LTDA.	PREGÃO	2.100,00
GYN MÉDICA LTDA.	PREGÃO	4.500,00
GSC	PREGÃO	406,60
ATLAS COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.	PREGÃO	320,00
LV PRODUTOS DE PAPELARIA	PREGÃO	10.169,60
VS DATA COMERCIAL E INFORMÁTICA	PREGÃO	7.296,00
VERÔNICA RATIS	PREGÃO	8.580,00
PEGA PEGA LTDA.	PREGÃO	5.979,50
UNI - COMERCIAL DE PEÇAS	PREGÃO	5.050,00
CRÓTONS INDÚSTRIA GRÁFICA	PREGÃO	3.425,00
CIMFEL COM. MAT. ESCRITÓRIOS	PREGÃO	2.567,30
FELLIPE RIQUETTO DE S. ETIQUETAS	PREGÃO	1.430,00
CIEE	PREGÃO	1.854.757,80
DIALOG	PREGÃO	24.862,61
ESPAÇO E FORMA MÓVEIS E DIV. LTDA.	PREGÃO	10.500,00
IMPERIAL SUPRIMENTOS DE INF.	PREGÃO	7.556,00
SPUR COMÉRCIO IMP EXP	PREGÃO	56.202,00
BIOS COMP. SOLUÇÕES TEC.	PREGÃO	4.450,05
INFOR. SUPR. INFORMÁTICA	PREGÃO	3.200,00
MONDEO COM. E DISTR.	PREGÃO	3.997,00
XXIS 156 INFORMÁTICA	PREGÃO	550,00
TIGRE CONTAINERS E ACESSÓRIOS	PREGÃO	10.190,00
A&C BUSINESS DISTRIBUIDORA	PREGÃO	5.827,74
JS COM. DE EQUIP. ELETRÔNICOS	PREGÃO	34.000,00
FORT MOBILE IND. COMERCIO LTDA	PREGÃO	12.784,96
ANTÔNIA VIERA DE SOUZA COM MOV.	PREGÃO	17.246,80
DIRCEU LONGO E CIA LTDA	PREGÃO	2.308,94
MICROLAGOS	PREGÃO	400,00
GCS	PREGÃO	21.028,35
HIDRO FOTOS VIDEOS INF. LTDA.	PREGÃO	17.906,00
SETH COMERCIAL E PAPELARIA LTDA.	PREGÃO	1.099,00
ADRIANO JOSÉ DE MOURA ME	PREGÃO	931,98
EXECUTIVA COM. DE EQUIPAMENTOS	PREGÃO	1.380,00
TURCHILLO E FERREIRA LTDA.	PREGÃO	1.358,00
UTIL - UTILIDADE PARA O LAR	PREGÃO	3.031,00
LOBATO COM.	PREGÃO	1.207,74
ATLANTIS COMÉRCIO PRODUTOS	PREGÃO	1.864,00
ANEXHO BRASIL FERRAMENTAS	PREGÃO	525,00
GOMAFE GOIAS MAQ. E FERRAM.	PREGÃO	110,00
MULTIQUADROS E VIDROS LTDA.	PREGÃO	15.798,91
C DIAS	PREGÃO	8.928,00
VS COMÉRCIO	PREGÃO	8.200,00
ATIVA COMÉRCIO DE CABOS	PREGÃO	4.299,57
ZEPIM SEGURANÇA E VIGILÂNCIA	PREGÃO	2.046.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>6.582.106,76</b>

Com relação às aquisições de bens e prestação de serviços contratados pelo INSS no período de janeiro a outubro de 2008, por dispensa de licitação, verificou-se um total de R\$ 4.167.980,00 (quatro milhões, cento e sessenta e sete mil, novecentos e oitenta reais), conforme detalhado na tabela a seguir:

Fornecedor	Valor (R\$)
SERPRO	7.980,00
DATAPREV	4.160.000,00
TOTAL	4.167.980,00

No acompanhamento de gestão, foi selecionado um processo de dispensa de licitação iniciado anteriormente ao período de janeiro a outubro de 2008, mas que se encontra em vigência. Trata-se do aluguel do edifício onde provisoriamente encontra-se instalada a Direção Central do INSS, situado no Setor Bancário Norte em Brasília/DF, referente ao contrato firmado com a CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. Em pesquisa realizada no sistema SIAFI Gerencial, verificamos que até 21.10.2008 consta um

saldo em empenhos por credor (valores pagos) no valor de R\$ 3.491.546,67 (três milhões, quatrocentos e noventa e um mil, quinhentos e quarenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

As aquisições de bens e prestação de serviços contratados pelo INSS no período de janeiro a outubro de 2008, por inexigibilidade de licitação, totalizaram R\$ 95.173.944,32 (noventa e cinco milhões, cento e setenta e três mil, novecentos e quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos), conforme detalhado na tabela a seguir:

<b>Fornecedor</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	1.930.606,92
Novo FAC	86.606.178,00
Editora Fórum	643.000,00
EBC	5.770.000,00
Zênite Informação e Consultoria Ltda.	59.130,00
CAESB	165.029,40
<b>TOTAL</b>	<b>95.173.944,32</b>

Na auditoria de acompanhamento de gestão, foram analisados os processos referentes aos fornecedores Editora Fórum e Zênite Informação e Consultoria Ltda.

Nos trabalhos de acompanhamento de gestão, foram selecionados contratos com pagamentos realizados durante o período de janeiro a outubro de 2008, sendo incluídos não só contratos firmados em 2008, mas os anteriores que ainda se encontram vigentes. A tabela a seguir relaciona os processos licitatórios analisados:

Saldo de Empenhos por credor- posição em 21.10.2008

	<b>Fornecedor</b>	<b>Saldo (R\$)</b>
1	FABRIKON CONSTRUÇÕES E COM. DE VIDROS LTDA.	55.405,47
2	TECNOSOLO ENG. E TECNOLOGIA DE SOLOS E MAT.	467.817,21
3	INTER TOURS VIAGENS E TURISMO LTDA.	5.746.868,42
4	VISUAL - LOCAÇÃO, SERVIÇO, CONST. CIVIL	358.500,32
5	NCT INFORMÁTICA LTDA.	198.373,74
6	ZP CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	367.463,62
7	DIALOG SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS	160.992,74
8	GOIASSERV SERVIÇOS E TRANSPORTE LTDA.	364.074,36
9	DATAMÉTRICA CONSULTORIA, PESQUISA E TELEM.	806.913,61
	<b>TOTAL</b>	<b>8.526.409,49</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

Como se observa na relação apresentada o INSS priorizou a utilização da modalidade pregão em suas contratações. Esse fato demonstra a preocupação do gestor em observar os princípios da competitividade, economicidade e transparência.

Destaque-se que nos processos selecionados para análise, verificou-se a regularidade dos procedimentos neles adotados, ressalvadas as disfunções relacionadas a seguir:

=> LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EM CONJUNTO COM A CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA EM VIGILÂNCIA PATRIMONIAL, POR MEIO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2008. (CONFORME ITEM 4.1.1.2 DO RELATÓRIO/CGU/PA Nº

219769).

=> IMPROPRIEDADES NA EXECUÇÃO DE CONTRATOS RELACIONADOS A SERVIÇOS TERCEIRIZADOS (CONFORME ITEM 5.1.1.2 DO RELATÓRIO/CGU/AC Nº 219767)

=> POSTOS FICTÍCIOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA NOS BAIRROS DISTRITO INDUSTRIAL E AVIÁRIO. (CONFORME ITEM 5.1.1.3 DO RELATÓRIO/CGU/AC Nº 219767)

=> FALTA DE PLANEJAMENTO (PARA LICITAR) E CONTROLE DO ANDAMENTO DOS CONTRATOS CELEBRADOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO (CONFORME ITEM 4.1.1.1 DO RELATÓRIO/CGU/AM Nº 219770)

=> PAGAMENTO DE SERVIÇOS DE REPROGRAFIA SEM COBERTURA CONTRATUAL, BEM COMO FORMALIZAÇÃO INADEQUADA DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS (CONFORME ITEM 4.1.2.1 DO RELATÓRIO/CGU/AM Nº 219770)

=> PAGAMENTO DE TRIBUTO INDEVIDO (CPMF), INCLUSO NA PLANILHA DE CUSTOS DE LICITANTE PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ELEVADORES, NO ANO DE 2008 (CONFORME ITEM 5.1.1.1 DO RELATÓRIO/CGU/AM Nº 219770)

=> DEMORA NA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES CONTRATUAIS AOS VALORES LIMITES PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA, CONFORME PORTARIA SLTI nº 6/2007 (CONFORME ITEM 5.1.1.3 DO RELATÓRIO/CGU/AM Nº 219770)

=> ACEITAÇÃO DE PLANILHA DE CUSTOS DE LICITANTE QUE CONTÉM OS TRIBUTOS IRPJ E CSLL, VEDADOS PELO TCU (CONFORME ITEM 5.1.1.4 DO RELATÓRIO/CGU/AM Nº 219770)

=> AUSÊNCIA DE ELABORAÇÃO DE PLANO DE TRABALHO PARA CONTRATAÇÃO DE LICITANTE PRESTADORA DE SERVIÇOS (CONFORME ITEM 5.1.1.2 DO RELATÓRIO/CGU/AM Nº 219770)

=> DEFICIÊNCIA NA PESQUISA PRÉVIA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, DIFICULTANDO A ESTIMATIVA DE CUSTO CONFORME OS PREÇOS DE MERCADO (CONFORME ITEM 5.1.1.5 DO RELATÓRIO/CGU/AM Nº 219770)

=> PAGAMENTO DE SERVIÇOS DE REPROGRAFIA FORA DO PRAZO LEGAL, BEM COMO FORMALIZAÇÃO INADEQUADA DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS (CONFORME ITEM 5.1.1.6 DO RELATÓRIO/CGU/AM Nº 219770)

#### 4.5 REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

O quantitativo e a distribuição dos servidores do INSS, conforme resposta encaminhada pela Assessoria da Presidência, por intermédio do Ofício 934/INSS/DIRRH/CGARH, de 11 de novembro de 2008, está disposta conforme a seguir demonstrado:

Quantitativo de Pessoal por Situação em Outubro/2008 - Brasil

Situação	Quantitativo
Ativos	38.720
Cedidos	811
Celetista	2
Excedente de lotação	8
<b>TOTAL SERVIDORES ATIVOS</b>	<b>39.541</b>



Situação	Quantitativo
Aposentados	39.272
CLT- Aps. Dec. Judicial	16
<b>TOTAL SERVIDORES APOSENTADOS</b>	<b>39.288</b>
Requisitados	14
Requisitados de outros Órgãos	5
<b>TOTAL SERVIDORES REQUISITADOS</b>	<b>19</b>
Instituidor Pensão	15.414
CLT-Inst. PS Decisão Judicial	1
<b>TOTAL DE INSTITUIDORES</b>	<b>15.415</b>
Exerc Descent de Carreira	1.787
Exercício Provisório	43
Nomeado cargo comissão	14
Sem vínculo	2
Tabelista (Esp/Emerg)	1
<b>TOTAL DE OUTRAS SITUAÇÕES</b>	<b>1.847</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>96.110</b>
Estagiários	6.099
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>102.209</b>

**DISTRIBUIÇÃO DO QUANTITATIVO DE SERVIDORES ATIVOS POR LOCALIZAÇÃO  
BRASIL**

Gab	Atend	Aud	Benef	Adm	RH	C Social	Correg	Proc	TOTAL
1.429	23.314	381	5.602	3.318	2.085	146	242	2.203	<b>38.720</b>

**DISTRIBUIÇÃO DO QUANTITATIVO DE SERVIDORES ATIVOS POR ÁREAS MEIO E FIM  
BRASIL**

Áreas					
2007			2008		
Meio	Fim	Total	Meio	Fim	Total
11.593	29.220	40.813	12.201	26.519	38.720

Conforme demonstrado, observa-se que os servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal do INSS envolvidos nas atividades fim correspondem a um contingente de 68,48% (26.519 servidores). Esse contingente está distribuído da seguinte forma: 14,46% (5.602 servidores) na área de Benefícios e 60,21% (23.314 servidores) nas Agências da Previdência Social.

Cabe assinalar que o contingente de pessoal localizado na atividade finalística da Previdência Social, por ter sofrido uma redução de 9,24% do exercício de 2007 (29.220 servidores) para o exercício de 2008 (26.169 servidores), deveria ser revisto pelo Instituto como forma de suprir a demanda das Agências da Previdência Social e aumentar o efetivo na linha de atendimento ao público.

Nessa linha de raciocínio, ressaltam-se os resultados de estudos promovidos pelo Instituto, onde foi apurado o quantitativo de servidores ideal para o funcionamento de suas Unidades de Atendimento, contido entre a faixa mínima de 37.238 e máxima de 45.987 servidores. Os estudos foram encaminhados às Gerências-Executivas do Instituto para fins de avaliação das propostas de necessidade da Força de

Trabalho, com vistas a subsidiar a distribuição de novos servidores e a remoção de ofício, registro esse que constou de vários Relatórios de Auditoria emitidos por esta DPPAS/SFC/CGU-PR.

Conforme as necessidades identificadas pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria INSS/DIRADM nº 22, de 02/02/2001, que definiu parâmetros para adequação da força de trabalho, o contingente existente atualmente, está bem abaixo das reais necessidades de funcionamento das APS's.

Quanto ao cumprimento de horário de trabalho por parte dos servidores do INSS foi verificado, durante a realização de auditorias de acompanhamento ao longo do ano de 2008, a despeito de os mesmos possuírem carga horária de 40 horas semanais (de acordo com a MP 441/2008, convertida na Lei 11.907/09), que os mesmos praticam carga horária de 30 horas semanais. Tal prática vai de encontro ao que determina o Decreto nº 1.590/95, que autoriza o estabelecimento de dois turnos de 6 (seis) horas cada (30 horas semanais), somente para os casos que atenderem a critérios específicos, dentre eles o de referir-se ao atendimento ao público por período diário de 12 horas ininterruptas.

Acerca dos atos de gestão de recursos humanos, especificamente quanto à acumulação de cargos por parte dos servidores, foi verificada a existência de casos de acumulação, contrários à legislação que regula a matéria.

O cruzamento entre os dados contidos na relação de servidores da carreira de perito médico previdenciário do INSS com a base de dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS resultou na identificação de 1.290 servidores ativos da carreira médica pericial com indícios de acúmulo de cargos/empregos (cargo no INSS e um ou mais cargos em outro órgão/empresa).

Além do resultado obtido com o cruzamento, relatórios de auditorias de acompanhamento realizadas durante o ano de 2008 também apontaram casos de acumulação de cargos sem compatibilidade de horários e acima das 60 horas semanais, em desacordo com o preconizado no Parecer AGU nº GQ-14, e/ou acima do permitido constitucionalmente (2 cargos privativos de médico).

#### **4.6 CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU**

A implementação e utilização do aplicativo Controle de Demandas Externas - CONDEX, que possibilita a emissão de relatórios gerenciais de controle da situação de cumprimento às determinações emitidas pelo TCU, trouxe melhoras significativas no monitoramento dessas determinações.

Também foi verificado que houve redução no quantitativo de Acórdãos pendentes, que passou de 127 Acórdãos - segundo análise de auditoria de acompanhamento realizada em 2008 - para 30 Acórdãos pendentes no final da gestão de 2008. Houve diminuição, também, na participação do Setor de Recursos Humanos, em análise da gestão de 2007 responsável por aproximadamente 80% dos Acórdãos, e que atualmente é responsável por 50%.

A despeito do progresso obtido quanto ao controle e ao cumprimento dos Acórdãos, cabe ressaltar que praticamente metade dos Acórdãos

pendentes já está nessa situação há mais de 2 anos (sendo o mais antigo deles do ano de 2002, e muitos dos anos de 2003 e 2004) tendo sido alvo de recomendações no Relatório de Auditoria de Gestão nº 208007/2008. Dessa maneira, há que se destacar que o INSS necessita fazer esforço adicional na próxima gestão para corrigir irregularidades apontadas pelo TCU já há tempo considerável e que, até o momento, ainda não foram totalmente sanadas.

#### 4.7 PROGRAMAS E PROJETOS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

O Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social (PROPREV), parcialmente financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, por intermédio do Contrato de Empréstimo BID 1346/OC-BR, no valor de US\$ 57,000,000.00, inicialmente, e uma previsão de aporte local no montante de US\$ 57,000,000.00, totalizando recursos da ordem de US\$ 114.000.000,00, é executado sob a responsabilidade da Unidade de Coordenação de Projetos - UCP, do Ministério da Previdência Social.

O PROPREV tem como objetivo geral apoiar a modernização do sistema previdenciário brasileiro, no âmbito da reforma aprovada pelo Congresso Nacional, em 15 de dezembro de 1998, por intermédio da modernização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do fortalecimento da Secretaria de Previdência Social (SPS) para ampliação da assistência técnica aos municípios brasileiros. Para tanto foi dividido em dois componentes, o Projeto de Modernização do Regime Geral e o Projeto de Modernização do Regime Próprio.

O INSS é beneficiário do Componente Modernização do Regime Geral, que teve o seu desempenho, no ano de 2008, conforme demonstrado a seguir:

Modernização do Regime Geral	Programado 2008 (a)	Executado 2008 (b)	% 2008 (b) / (a) (c)
Fortalecimento da Gestão	0,00	0,00	-
Integração de Processos	5.500.000,00	3.286.945,13	60,00%
Recursos Humanos	0,00	0,00	-
Atendimento ao Público	230.000,00	79.500,00	35,00%
<b>Total</b>	<b>5.730.000,00</b>	<b>3.366.445,13</b>	<b>59,00%</b>

Fonte: Relatório de Gestão da UCP 2008 Valores em R\$

A execução financeira total do componente durante o período de 2002 a 2008, apresentou-se da seguinte forma:

Modernização do Regime Geral	(a) Programado Acumulado 2002- 2008	(b) Executado Acumulado 2002- 2008	% Acumulado
Fortalecimento da Gestão	15.933.502	15.257.027	96%
Integração de Processos	38.505.300	27.763.140	72%
Recursos Humanos	498.810,70	448.479	90%
Atendimento ao Público	763.515,56	594.607,22	78%
<b>Total</b>	<b>55.701.728</b>	<b>44.063.254</b>	<b>79%</b>

Fonte: Relatório de Progresso do PROPREV - valores em US\$

O quadro a seguir apresenta as metas estratégicas previstas para o

PROPREV, bem como seus respectivos níveis de realização até 31.12.2008:

PROJETO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA					
Meta	Metas Estratégicas	Indicador	Meta	31.12.08	%
<b>Cobertura</b>					
ME 1	Aumentar o número de contribuintes individuais de 5,8 para 7 milhões até 2006	Número médio de contribuintes individuais que contribuíram pelo menos uma vez no período	7.000.000	9.981.517	143%
<b>Benefícios</b>					
ME 2	Reduzir o prazo médio de concessão de benefícios, por procedimento normal, de 16 para 10 dias, até 2006	Prazo médio (dias) para concessão de benefícios, por procedimento normal, ao final do período	10	24	- 140%
<b>Atendimento ao Público</b>					
ME 3	Alcançar índice de satisfação dos clientes de 70%, segundo critérios, de consulta do Plano de Comunicação do MPS, até 2006	Índice de satisfação dos Clientes	70%	0	0%
<b>Arrecadação</b>					
ME 4	Garantir crescimento anual da arrecadação equivalente a 82% do crescimento anual do PIB, até 2006	Variação da arrecadação anual/Variação do PIB	82%	451%	450%
ME 5 A	Garantir solvência financeira de 60% dos créditos parcelados administrativamente, até 2006	Valor dos parcelamentos administrativos pagos/ Valor total dos créditos parcelados administrativamente (no período)	60%	81%	135%
ME 5 B	Garantir solvência financeira de 86% dos créditos declarados, até 2006	Valor pago/ Valor apurado no batimento GFIP x GPS	86%	96%	112%
<b>Institucional</b>					
ME 6 A	100% da base de dados do INSS implantada, até 2006	Percentual da base de dados do INSS implantada*	100%	0%	0%
ME 6 B	100% da rede corporativa do INSS implantada, até 2006	Percentual da rede corporativa do INSS implantada	100%	100%	100%
ME 7	100% das unidades com modelo de gestão por resultados, implantados até 2006	Número de unidades com modelo de gestão por resultado implantadas/ Número total de unidades	100%	16%	16%

PROJETO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA					
Meta	Metas Estratégicas	Indicador	Meta	31.12.08	%
ME 8	70% dos gerentes e servidores capacitados, até 2006	Número de gerentes (DAS) e servidores capacitados/ Número total de gerentes (DAS) e servidores	100%	8,26%	12%

Fonte: Relatório de Progresso do PROPREV

Cabe ressaltar que os dados relacionados na coluna (a) do quadro 2, referem-se a valores obtidos após cancelamento de recursos orçados do programa, no total de US\$ 41.640.451,01, ocorridos nos exercícios de 2007 e 2008. Desta forma, o percentual de 79% de execução não reflete a execução real do projeto, se confrontado com os recursos inicialmente previstos.

No que se refere aos aspectos de implementação, tomando como base as informações constantes do relatório de progresso e demais controles internos mantidos para o PROPREV, verificamos, como já mencionado em anteriores relatórios de auditoria, que o projeto não atingiu um adequado nível de execução.

Dentre os motivos para a baixa execução do componente destaca-se a descontinuidade da Implantação do Novo Modelo de Gestão - NMG, com a desmobilização dos serviços do Consórcio INFO\_PREV, Fábrica de Software.

#### 4.8 ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

Com o objetivo de avaliar a atuação da unidade de Auditoria Interna do INSS no período em escopo, foram realizadas análises relativas aos itens constantes do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) 2008, a seguir relacionados.

Foi verificado que a Auditoria Interna, ao longo de 2008, emitiu o seguinte quantitativo de recomendações, como resultado de seus relatórios:

##### Recomendações de Auditoria emitidas em 2008

AUDITORIA	EMITIDAS	IMPLEMENTADAS	EM FASE DE IMPLEMENTAÇÃO*
FLORIANÓPOLIS	507	449	58
SÃO PAULO	198	198	0
RIO DE JANEIRO	201	93	108
SALVADOR	91	62	29
BELO HORIZONTE	305	262	43
RECIFE	266	186	80
BRASÍLIA	166	138	28
MANAUS	34	14	20
AUDITORIA-GERAL	350	63	287
<b>TOTAL</b>	<b>2118</b>	<b>1465</b>	<b>653</b>

\* As recomendações nesse status estão dentro do prazo estabelecido para implementação.

Fonte: Raint 2008 - INSS

A Auditoria Interna encaminhou informações sobre 120 auditorias, selecionadas em amostra, onde foi averiguado que 34 (28%) tiveram todas as recomendações implementadas; 36 (30%) encontram-se dentro do prazo de implementação; 23 (19%) encontram-se apenas parcialmente implementadas e 27 (22%) das recomendações/notas emitidas em 2008 não foram implementadas, totalizando 120 recomendações com "status" informado.

Acerca do cumprimento das metas estabelecidas, a partir da análise do RAINT 2008 verificamos que, dos 22 Programas de Auditoria previstos no Plano de Ações de Auditoria Interna (PAINT)-2008, 16 (73%) foram concluídos e 6 (27%) estão em conclusão.

Da análise dos dados obtidos verificamos uma efetiva atuação da Auditoria Interna do INSS, com cumprimento próximo a 100% das metas estabelecidas e um razoável percentual de implementação das recomendações efetuadas durante a gestão, com possibilidade de melhora a partir de atuação mais intensa da Auditoria Interna sobre os responsáveis pelo cumprimento das recomendações.

#### 4.9 CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Da análise dos processos de concessão de diárias, por meio de amostragem não probabilística, identificamos a ausência de cartões de embarque (ida e/ou volta) e de apresentação de comprovantes de participação em eventos por parte dos servidores, conforme quadro a seguir:

PV n.º	MATRÍCULA	Cartão ida	Cartão volta	Comprovante de Participação em Eventos
31909	0943685	Sim	Não	Não
30825	0943596	Não	Não	Não
29280	0751185	Veic. Oficial	Veic. Oficial	Não
29705	0943650	Sim	Não	Não
29255	0943668	Sim	Sim	Não
29250	0943671	Não	Não	Não
29245	0943688	Não	Não	Não
29237	0943715	Não	Não	Não
29234	0943702	Não	Não	Não
29223	0943674	Sim	Não	Não
48773	1637164	Sim	Não	NÃO SE APLICA

#### 4.10 SUPRIMENTO DE FUNDOS - USO DE CARTÕES

No exercício 2008 os gastos do Instituto Nacional do Seguro Social com o uso do Cartão de Pagamentos do Governo Federal - CPGF totalizaram R\$ 702.051,80, tendo sido realizados por 89 Unidades Gestoras.

Comparando a execução de despesas com CPGF, no INSS, nos exercícios de 2007 e 2008, verifica-se uma redução da ordem de 50%. A transparência na utilização do instrumento de pagamento foi incrementada, com os valores correspondentes a saques em espécie caindo de 70,4% do total em 2007 para 3,8% em 2008.

ITEM	2007		2008		2008/2007
	R\$	%	R\$	%	%
Fatura	413.413,81	29,6%	675.057,80	96,2%	63,3%
Saque	981.847,80	70,4%	26.994,00	3,8%	-97,3%
<b>TOTAL</b>	<b>1.395.261,61</b>	<b>100,0%</b>	<b>702.051,80</b>	<b>100,0%</b>	<b>-49,7%</b>

Fonte: SIAFI Gerencial – contas contábeis 199962401 e 199962402.

Com o objetivo de avaliar a conformidade desses gastos com as regras definidas pelo ordenamento jurídico para o suprimento de fundos, foram selecionadas, por processo de amostragem, 10 Unidades Gestoras para análise, correspondendo a 20,7% do valor total gasto no exercício. Da análise dos processos de concessão de suprimento de fundos e prestação de contas, foram detectadas várias situações que representam

impropriedades, a saber:

- a) Despesas Inelegíveis para Suprimento de Fundos: trata-se, basicamente, de despesas que não preenchem o requisito da excepcionalidade; ao contrário, constituem despesas passíveis de planejamento.
- b) Despesas Fora do Prazo de Utilização e/ou Prestação de Contas fora do Prazo.
- c) Despesas em Valores Acima dos Limites Legais.
- d) Falhas Formais: trata-se de impropriedades relativas aos comprovantes de despesas; atesto das despesas; documentação de suporte à motivação das despesas, inclusive declaração de falta no estoque; e numeração do processo administrativo.

A causa para os fatos relatados está relacionada à falta de clareza e especificidade dos normativos legais vigentes durante a maior parte do período analisado, o que inclusive ensejou a edição de normativos internos com dispositivos que permitiam a realização de despesas inelegíveis; e também à falta de planejamento para a realização de despesas previsíveis.

Há de se reconhecer que o conjunto de normas que regulamentam o suprimento de fundos (Lei nº 4.320/64, arts. 68 e 69; Decreto-lei nº 200/67, arts. 74, 77, 78, 80, 81 83 e 84; Decreto nº 93.872/86, arts. 45 a 47; Decretos nº 5.355/2005 e nº 6.370/2007; Portarias MF nº 95/2002 e MP nº 41/2005; e manual SIAFI, transação CONMANF, código 02.11.21) carece de clareza e especificidade acerca das despesas elegíveis e outros aspectos práticos. Neste cenário, fato importante foi a manifestação do Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão TCU nº 1.276/2008 - Plenário, de 01/10/2008, com a fixação de entendimentos a respeito da matéria, em caráter normativo.

Ressalte-se que, após a emissão do Acórdão TCU nº 1.276/2008 - Plenário, o INSS providenciou a emissão da Orientação Interna nº 25/INSS/DIROFL, de 11/11/2008, que disciplina a concessão, a realização e o controle da despesa por suprimento de fundos no Instituto, com adequações relativas aos entendimentos fixados pelo TCU no supracitado Acórdão. Ainda, o INSS informou que será implantado, a partir de 1º de junho de 2009, o Sistema de Cartão de Pagamento - SCP, com o objetivo de aprimorar ainda mais o acompanhamento e controle do suprimento de fundos.

Em resumo, considerando a queda de quase 50% no valor pago com CPGF em 2008 em comparação com o exercício anterior, a acentuada queda no percentual de saques em espécie, o aperfeiçoamento da normatização interna do INSS (no final do exercício), e a planejada implantação de um sistema informatizado específico para o controle das despesas com suprimento de fundos, pode-se concluir que a utilização deste instrumento de pagamento vem passando por um processo de depuração e melhoria no Instituto. O monitoramento dos gastos realizados ao longo do exercício de 2009 concluirá se estas providências serão eficazes na redução dos problemas detectados em 2008, sendo o principal deles a execução de despesas passíveis de planejamento e, portanto, inelegíveis - principalmente despesas com reabilitação profissional e viaturas oficiais; alguns outros problemas, como a execução de despesas em valores acima dos limites legais, decorreram diretamente

da execução de despesas passíveis de planejamento.

5. Entre as constatações identificadas pela equipe, não foi possível efetuar estimativa de ocorrência de dano ao erário.

### III - CONCLUSÃO

Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Brasília ,                      de                      de 2009

NOME	CARGO	ASSINATURA
CARLOS ALBERTO DOS SANTOS SILVA	AFC	_____
CLAUDIA DE SOUZA LEITAO	AFC	_____
CRISTINA SILVA DA CONCEICAO	AFC	_____
FRANCISCO ALVES MOREIRA	AFC	_____
FRANCISCO ROBERIO DE SOUSA JUNIOR	AFC	_____
JOAO CARLOS LUIZ CATALDI	TFC	_____
JOSE DORISMAR ARRAIS DE LAVOR	AFC	_____
MARCIA MARIA PACHECO MOREIRA	AFC	_____
MARCIAL RAMAO PEREZ	AFC	_____
MARIA FERNANDA MONZO LUPORINI	AFC	_____
MICHELE COSTA ANDRADE	AFC	_____
MILTON MARCELO FERNANDES FERREIRA	AFC	_____
PAULO ROBERTO ALVES CAVENDISH	AFC	_____
RENATA KELLY CARDOSO DE REZENDE	AFC	_____
WALQUIRIA ALVES DE SOUSA	AFC	_____